



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAÚJO

Ata da Audiência Pública sobre a anulação dos concursos da Polícia Militar e da Polícia Civil

Por iniciativa do Deputado Estadual Major Araújo, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Goiás, a Comissão realizou no dia 07 de março de 2013, quinta-feira, às 09:30 horas, no Auditório Costa Lima, audiência pública sobre a anulação dos concursos da Polícia Militar e da Polícia Civil. Compuseram a mesa além do Deputado Estadual Major Araújo; o Diretor do Núcleo de Seleção da UEG, Dr. Karlos Matias de Oliveira, representando o Magnífico Reitor Professor Haroldo Reimer; o Delegado da Polícia Civil Dr. Sidney Costa e Souza, Gerente de Planejamento Operacional da Polícia Civil, representando o Delegado Geral da Polícia Civil; o Sr. Romero Arruda, assessor parlamentar, representado a Deputada Federal Marina Santana e o Sr. Denys Silva, representante dos Aprovados no concurso de Soldado.

Ao abrir a audiência o deputado Major Araújo, que dirigiu os trabalhos, cumprimentou a mesa e parabenizou a presença de todos e agradeceu a presença da imprensa. Enalteceu a importância da audiência que tinha por objetivo discutir a situação de milhares de concursados. Segundo o presidente da Comissão o intuito da audiência era a solução do impasse dos concursos da Polícia Civil e Polícia Militar. Citou o fato que o concurso de agente e escrivão ainda não foi realizado. O concurso de delegado e soldado foi realizado e após a divulgação do resultado houve muitos questionamentos nas redes sociais sobre suposta fraude nos concursos. O deputado disse ainda sobre o prejuízo dos aprovados com a anulação dos concursos e criticou a decisão do governo em anular o concurso sem provas da ocorrência de fraude. Para



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

ele deve haver todo o esforço para que não haja falhas nos próximos concursos para não haver prejuízo para a sociedade e para o Estado.

Houve esvaziamento da audiência devido a divulgação da decisão do governo no dia anterior ao evento de anular o concurso e marcar nova data para as provas. Criticou a decisão, pois não houve fraude detectada e ainda criticou a ausência do Secretário de Gestão e Planejamento Giuseppe Vechi, para o presidente o secretário não deu importância a audiência.

Em seguida o deputado passou a palavra ao Dr. Karlos Matias de Oliveira que cumprimentou o presidente e a mesa se desculpando e justificando da ausência do reitor da UEG. Explicou sobre a reunião no dia anterior a audiência em que se decidiu pela anulação dos concursos, sendo esta a melhor solução para os órgãos que participaram da reunião: PGE, SEGPLAN, CGE, UEG e etc. Disse que caso houvesse a continuação do concurso poderia haver problemas mais a frente e o efeito seria pior. Defendeu que o governo quer resolver a questão da forma mais rápida possível. Houve a demissão de servidores do núcleo de seleção da UEG que estavam sendo questionados e a recomposição da equipe de seleção que está trabalhando arduamente para prestar um excelente serviço.

Em seguida usou a palavra o Sr. Romero Arruda, assessor parlamentar da Deputada Federal Marina Santana, que cumprimentou a mesa e os presentes e justificou a ausência da deputada. Questionou a decisão de anular o concurso, pois não há motivo concreto para anular o certame. Para ele a sociedade e os concursados precisam de esclarecimentos. Elogiou a representatividade da Polícia Civil e da UEG que sempre dialogaram com o governo e concursados e estranhou a ausência do



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

governo e do MP. Para ele o governo não justificou a decisão em anular o concurso. A postura da deputada federal Marina Santana, segundo ele, nunca foi oportunista ou casuística, até poderia defender a anulação do concurso, desde que houvesse justificativa, o que não houve. Como não houve, há a presunção que houve fraude. Conforme divulgação da própria UEG haverá um prejuízo de 30 a 60 dias no cronograma do concurso. O assessor reafirmou a postura questionadora da deputada cobrando transparência. Se houvesse fraude deveria ser anulado o concurso, mas até agora não houve prova alguma de fraude. A decisão do governo sem esclarecimentos fere os princípios da transparência e da razoabilidade; a sociedade e os concursados devem cobrar transparência, concluiu o assessor.

Após, usou a palavra o Sr. Denys que representa os aprovados do concurso de soldado da PMGO. Ao cumprimentar a mesa criticou o Ministério Público, que para ele é um órgão incompetente que está conivente com a situação de um concurso sem fraude ser anulado. Disse também que a investigação sobre suposta fraude no concurso está demorando. Criticou a decisão do governo em anular o concurso, pois a UEG sempre se manifestou que não houve fraude. O estudante acredita que o concurso de soldado vai continuar, pois não há prova de fraude, e sem provas não há crime, asseverou. Disse que nessa investigação o Ministério Público e a Polícia Civil irão buscar fraude onde não houve. Falou também do risco real de fazer a prova de novo e não passar dado o nível dos candidatos. Explicou que o concurso que teve questionamentos foi o de delegado e não o de soldado, não justificando anular esse concurso em virtude de questionamento em outro. Disse que o governo tem que tomar decisão limpa, não em branco, sem justificativa. Afirmou que fará grande mobilização contra decisão do governo e acredita que com a mobilização o concurso de soldado deve continuar.



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

Em seguida usou a palavra o Dr. Sidney, delegado da Polícia Civil, representando o Delegado-Geral da Polícia Civil, justificou a ausência do mesmo e disse estar ali para esclarecer a sociedade. Citou que a Polícia Civil é uma das maiores interessadas na agilidade do concurso e que a Delegacia responsável pela investigação de suposta fraude (DEIC) está investigando da forma mais célere possível buscando a verdade dos fatos. Disse que a investigação será cumprida com transparência. Para o delegado a Polícia Civil não tem nada a esconder da sociedade, prova disso é a sua presença na audiência. A Polícia tem um prazo de trinta dias para cumprir a investigação e esse prazo pode ser dilatado para mais trinta dias, mas a Polícia Civil não tem interesse em dilatar esse prazo, salientou. Solidarizou com o Sr. Denys, situação que segundo ele, já passou como concursando. Os fatos, a decisão do governo independe da vontade da Polícia Civil, frisou o delegado.

Após o deputado Major Araújo retomou a palavra e disse que a audiência estava esvaziada devido a decisão do governo no dia anterior em anular o concurso e marcar novas datas para provas. Em seguida, deu oportunidade ao público presente fazer questionamentos.

A Sra. Ana Maria, representante do deputado Mauro Rubem, asseverou que o deputado Mauro Rubem defende sempre os concursos públicos. Lembrou que em 2010 quatro concursos foram anulados e depois de três anos a situação se repetia. Na ocasião em 2010 os aprovados para o concurso do Corpo de Bombeiros se manifestaram e a situação foi invertida, validaram o concurso. Acredita a mesma que com esforço e dedicação é possível passar de novo. Em 2011, o Dr. Edmundo, então Delegado-Geral da Polícia Civil se comprometeu em se esforçar para todos os



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

aprovados da Polícia Civil ser convocados, mas não foram. Esta mesma situação de vexame acontece agora. Sugeriu ao governo acompanhar os próximos processos seletivos para não ocorrer isso. Disse que os concursados devem responsabilizar o governo por dano moral pela decisão ter afetado suas vidas.

Em seguida usou a palavra o concursado Seichas da Silva que fez alguns questionamentos e disse que o governo “joga a sujeira de baixo do tapete”. Indagou o porquê não anular o concurso depois da investigação, depois de concluir o Inquérito Policial. Para ele o governo esconde as coisas, a sociedade precisa de esclarecimentos. O Estado está brincando com os concursados, com as famílias, segundo o estudante.

Após, fez uso da palavra o Tenente Vilmar, assessor do deputado estadual Major Araújo. Assegurou que nenhum ato administrativo é insuscetível de ser apreciado pelo Poder Judiciário. A decisão do governo se baseou em indícios de fraude, sendo precipitada para ele. Colocou ainda em cheque o próprio governo e a UEG que tem grande aceitação para elaborar certames em vários estados e para vários órgãos. Isso seria uma grande mácula para a UEG, afirmou. Disse que só poderia anular após investigação da Polícia Civil e do Ministério Público se concluísse pela ocorrência de fraude. Para o assessor não se vê no Estado de Goiás gestor pagar pelos seus erros, seus atos ímprobos. Frisou que a última trincheira é o Poder Judiciário, a última decisão deve ser do Poder Judiciário.

O deputado Major Araújo agradeceu o tenente Vilmar pela brilhante fala e passou a palavra para o Dr. Karlos, diretor do núcleo de seleção da UEG, que leu nota que o reitor da UEG Professor Haroldo Reimer emitiu no dia anterior. Na nota o reitor reforçou a confiança no núcleo de seleção e fez referência ao histórico bem sucedido



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

dos processos seletivos anteriores. Não há histórico de fraudes na UEG. Na nota há o esclarecimento que embora haja noticiários de supostas fraudes nos concursos debatidos, isso não é prova de fraude. A investigação do Ministério Público e da Polícia Civil busca esclarecer e dar transparência. O Estado cancelou as provas aplicadas porque era a solução que traria o menor prejuízo para os concursados e para a sociedade, permitindo a continuação do concurso. A UEG provará mais uma vez, segundo a nota lida, sua competência e padrão de qualidade com a aplicação de novas provas. Há uma força tarefa do núcleo de seleção para garantir a qualidade dos concursos que terão novas provas.

Em seguida o deputado agradeceu o Dr. Karlos e passou a palavra para os componentes da mesa para as considerações finais e despedidas. O Sr. Romero Arruda parabenizou o deputado pela iniciativa, transparência e pela luta. Cumprimentou e parabenizou a todos da mesa. Expressou sua confiança na UEG e que quer contribuir para que a instituição continue sendo respeitada.

O Dr. Karlos, em nome do professor Haroldo agradeceu ao deputado a oportunidade. Disse que a UEG esta aberta para esclarecimentos, sempre atendeu os concursados. Frisou que resgatar a credibilidade da UEG é propósito do Dr. Haroldo Reimer.

Em seguida o Dr. Sidney agradeceu a mesa e a todos e as palavras de elogio à instituição. Após, o Sr. Denys agradeceu a todos e pediu ajuda ao deputado Major Araújo e aos deputados para “barrar” o concurso.



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAÚJO

Por último o deputado Major Araújo agradeceu a presença de todos em especial do Dr. Karlos da UEG, único órgão do Estado representado. Agradeceu a presença do Dr. Sidney e elogiou seu trabalho. Agradeceu ainda ao Sr. Romero Arruda e a deputada Marina Santana. Frisou que estava em jogo não só os direitos dos aprovados, mas também da sociedade. Os problemas nos concursos da área de segurança afetarão diretamente a área, na medida em que demorará ainda mais o tão necessário aumento do efetivo. Agradeceu a presença da Sra. Ana Maria representante do deputado Mauro Rubem. Agradeceu ao Sr. Denys e disse que sua luta não é em vão. Para ele os aprovados no concurso estão prestando um relevante serviço ao Estado, forçando o Estado a agir com lisura nos próximos concursos. O intuito da audiência, segundo o deputado, é exatamente esse: contribuir para UEG ser forte e respeitada e o Estado volte a ter um governo confiável nos seus atos e ações. Criticou por fim a decisão do governo e aconselhou os concursados a buscarem o Judiciário, inclusive para suspender o concurso até apurar irregularidades.

Deputado Estadual Major Araújo

**Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do
Estado de Goiás**